



Politécnicos: só com mais meios será possível manter nível de despesa

Maria José Fernandes A nova líder do CCISP diz que o aumento de 2% por ano nas dotações do OE para o superior já não cobre a subida de custos com a inflação

Entrevista

Samuel Silva Texto
Nelson Garrido Fotografia

Têm sido raras as mulheres a ocupar posições de liderança no ensino superior. Num total de 28 instituições públicas, há, neste momento, cinco reitoras ou presidentes – Maria de Lurdes Rodrigues, no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Hermínia Vila, na Universidade de Évora, Ângela Lemos, no Politécnico de Setúbal, Fátima Carvalho, no Politécnico de Beja, e Maria José Fernandes, que dirige o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA) desde 2017.

“Está agora a chegar a estes lugares a geração que entrou no ensino superior quando as mulheres passaram a ter mais hipóteses de estudar. A situação vai mudar”, acredita Fernandes, que é também a primeira mulher a presidir ao Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP).

Está acostumada ao papel de pioneira. Foi a primeira professora do quadro do IPCA, em 1997, um ano depois do nascimento da instituição sediada em Barcelos. Na altura, tinha apenas 74 alunos – hoje são 6200 – e a maioria do corpo docente emprestado por outras instituições, sobretudo a Universidade do Minho. Maria José Fernandes também se formou em Braga, em Gestão, tendo começado a trabalhar no sector privado, enquanto fazia um mestrado em Contabilidade, que acabaria por ser a sua porta de entrada para uma carreira como docente no ensino

superior, que começou numa instituição privada, o Instituto Superior da Maia.

A nova equipa ministerial já prometeu rever o modelo de financiamento do ensino superior. Na opinião do CCISP, quais devem ser as balizas dessa reforma?

O tema ainda não foi a discussão dentro do CCISP. Vamos discuti-lo quando tivermos uma proposta. Nós também achamos que o modelo de financiamento deve ser revisto. Existe uma fórmula de financiamento, que é de 2009 e está muito centrada na dimensão das instituições. Mas há um conjunto de outros factores que devem ser tidos em conta.

Que factores?

Primeiro, é preciso fazer uma actualização do financiamento do Estado para ficarmos todos no mesmo ponto de partida. Há algumas divergências muito grandes logo à partida. Depois, o modelo de financiamento tem que definir um valor mínimo para cada instituição, mas depois tem que haver um acréscimo em função das actividades que as instituições desenvolvem. Se há investimento público, temos que saber como avaliamos o que está a ser feito. Nessa avaliação, temos que considerar que as instituições de ensino superior estão em diferentes regiões e têm o seu contexto. Não é a mesma coisa atrair pessoas, financiamento, fazer acordos com empresas no interior ou no litoral.

O anterior ministro, Manuel Heitor, já tinha nomeado uma equipa para avaliar o financiamento das instituições de ensino superior, no início do



“**As empresas que fornecem gás e electricidade às instituições estão a renunciar os contratos, porque querem aumentar os valores. Se não tivermos um aumento de financiamento, vamos ter de ver onde podemos poupar**

ano passado. Mas esta viria a ser extinta, seis meses depois, após a demissão dos representantes dos institutos politécnicos, entre os quais se encontrava. Porque não correu bem esse processo?

Penso que o processo não correu bem porque partiu de um princípio errado, que foi termos discutido a fórmula de financiamento sem olharmos para o que está para trás. Eu saí do grupo porque foram apresentados, por um membro do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), numa reunião do CRUP, dados sobre o financiamento, afirmando que a fonte dos mesmos era o nosso grupo de trabalho. Ora, isso não era verdade. Quebrou-se ali a confiança.

Eram “dados manipulados”, como se disse na altura?

Manipulados ou não, eu nem estive a ver os dados. Faziam-se simulações, com determinados pressupostos, dizendo que eram dados do grupo de trabalho, o que não era verdade.

Fica-se com a sensação de que há uma “guerra fria” entre os politécnicos e as universidades por causa do financiamento.

Não me parece que haja uma “guerra fria”. Há dois subsistemas de ensino superior e cada um acha

que deve ter coisas que não tem. Não podemos estar a olhar para os outros como inimigos.

Até termos um novo modelo de financiamento, vigorará o contrato de legislatura, assinado em 2019 e que prevê um aumento das dotações do Orçamento do Estado para o sector de 2% por ano. Esse acordo ainda faz sentido?

Não, e já manifestámos isso à senhora ministra. Isso é fruto também da questão da inflação. As empresas que fornecem gás e electricidade às instituições de ensino superior estão a renunciar os contratos, porque querem aumentar os valores. Se não tivermos um aumento de financiamento, vamos ter que olhar para a estrutura da despesa e ver onde podemos poupar. Obviamente, não podemos manter o mesmo nível de despesa. A única hipótese seria usar os saldos de gestão, mas nós precisamos dos saldos para fazer obras.

Tem alguma indicação sobre quais podem ser as regras do despacho orientador para a fixação de vagas no próximo concurso nacional de acesso?

O CCISP foi ouvido pelo grupo de trabalho liderado pelo presidente da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior e manifestámos



Há uma reflexão que tem que se fazer sobre isto. O que motivou ter havido mais estudantes no ensino superior nos últimos dois anos? Eu penso que foi o facto de, neste período pandémico, os alunos só terem feito exame às disciplinas específicas com as quais vão concorrer ao ensino superior.

É favorável a um modelo como este?

Esta não é uma posição do CCISP, porque ainda não analisámos o tema, mas eu sou favorável a isso. Acho que se conseguiram bons resultados.

Os alunos não são piores?

Não, nós continuamos a ter bons alunos. Além disso, os alunos que entram com médias mais baixas dão muitas vezes bons alunos e bons profissionais.

O concurso nacional de acesso continua a ser a principal porta de entrada no ensino superior, mas nos últimos anos têm emergido vias alternativas. O que têm trazido esses públicos?

Trazem diversidade. Os concursos para maiores de 23 anos são uma oportunidade para a população adulta. Em tempos, o CCISP fez uma proposta para que o acesso aos cursos de regime pós-laboral seja feito por um concurso local [candidatura apresentada directamente junto das instituições]. As pessoas que querem ir para o ensino pós-laboral, por regra, são adultos que já saíram do sistema de ensino. Se entram pelo concurso nacional de acesso, têm que se sujeitar aos exames nacionais. O que hoje acontece é que muitos alunos do regime pós-laboral são aqueles que não conseguem entrar no mesmo curso, em horário laboral, mas entram no pós-laboral porque as médias são mais baixas.

Isso desvirtua o próprio modelo.

Claro, o modelo está feito para a formação contínua de população em idade activa. Chamamos-lhes os 'falsos pós-laborais'.

O concurso local para diplomados do ensino profissional tem tido dificuldades em arrancar. Porquê?

Isso também aconteceu com os cursos técnicos superiores profissionais e agora são um sucesso. No início, também ninguém os queria. Acho que com o concurso dos estudantes do ensino profissional está a acontecer um bocadinho o mesmo. Nós sabemos, também por causa da questão demográfica, que os diplomados do ensino profissional são a única população onde há margem para ir buscar mais estudantes, porque ainda há uma alta percentagem destes que não prossegue estudos.

alguma preocupação. Há um grande número de cursos novos, associados a candidaturas ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), e não se sabe ao certo que impacto é que isso terá na distribuição de vagas. Quando nos candidatámos ao PRR, ninguém nos disse que não podia haver licenciaturas novas ou que tinham que contar para as vagas já existentes.

É preciso fixar regras?

É preciso haver alguma atenção àquilo que se vai fazer, porque podemos, de repente, desregular tudo aquilo que se andou a fazer nos últimos anos. Sabemos muito bem que é preciso pôr gente [a estudar] no interior. Se abrirem muitas vagas novas no litoral, nem os alunos do interior vão querer ficar lá.

O princípio do despacho de vagas nos últimos anos tem sido manter o número total de vagas a concurso.

Temos a percepção de que não se vai mudar a política de um ano para o outro, abrindo aqui brechas. Precisamos de uma política de continuidade.

Outra promessa que o Governo já fez para esta legislatura foi a revisão do modelo de acesso ao ensino superior. É uma mexida que faz sentido?

Do RJIES à carreira docente

“Espero que a maioria absoluta permita mexer em algumas leis fundamentais”

Os politécnicos acreditam que a nova legislatura cria condições para rever o Regime Jurídico do Ensino Superior e o estatuto de carreira dos docentes. A possibilidade de outorga de doutoramentos pelos institutos superiores chega ao Parlamento a 23 de Junho. O primeiro-ministro é favorável, garante a presidente do CCISP, Maria José Fernandes. **Chega à liderança do CCISP num contexto diferente, com um Governo de maioria absoluta. O que é que este quadro político permite?**

Espero que permita muita coisa, como mexer em algumas leis fundamentais. O Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, de 2009, veio dignificar muito o sector politécnico. Passou a ser obrigatório o doutoramento para integração na carreira, e houve um salto qualitativo significativo na qualificação do corpo docente. Mas, neste momento, temos que olhar para o estatuto e ver que este tem um conjunto de fragilidades, nomeadamente na definição do perfil dos professores. Tem que haver professores com um perfil mais académico, outros mais ligados à investigação. E, cada vez mais, precisamos de docentes ligados à prática. A carreira docente mereceria uma reflexão profunda, como o próprio Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES).

O RJIES previa a sua revisão ao fim de cinco anos, que nunca foi feita. Agora, há condições políticas para que isso aconteça?

Penso que sim. É preciso, desde logo, mexer na forma como é eleito o presidente [de um instituto politécnico]. O presidente [ou o reitor, no caso das universidades] é eleito por vinte e poucas pessoas, [que compõem o Conselho Geral, órgão máximo de cada instituição]. Quando a eleição acontece, a representatividade da escolha já está toda enviesada.

A possibilidade de outorga de doutoramentos pelos institutos politécnicos foi incluída na Lei de Graus e Diplomas, na primeira legislatura deste Governo do PS, mas entretanto não foi concretizada. Em que ponto está esta questão?

Por sugestão dos Conselhos Gerais, liderados pelo professor Pedro Lourtie [secretário de Estado do Ensino Superior entre 2001 e



Sobre a possibilidade de atribuição de doutoramentos pelos politécnicos, há concordância genérica dos partidos

2002], apresentámos uma iniciativa legislativa dos cidadãos (ILC) nesse sentido, que já tinha sido aceite na Assembleia da República antes da dissolução do Parlamento. A discussão, na generalidade, no Parlamento está agendada para 23 e 24 de Junho. Para nós, é uma questão muito urgente, da qual temos saído muito prejudicados. Se lhe for mostrar um laboratório de Inteligência Artificial, por exemplo, vai encontrar lá muitos doutorandos, que estão a usar os nossos equipamentos, que estão a fazer investigação aqui [no Instituto Politécnico do Cávado e do Ave], mas depois têm que tirar o grau no Porto, no Minho, onde quiserem. Os politécnicos conseguiram dar um salto.

Qual é a possibilidade de essa iniciativa legislativa ser aprovada?

Na reunião que tivemos com o primeiro-ministro, António Costa

[quando este estava a constituir o Governo], tivemos a sua concordância. Sobre a possibilidade de atribuição de doutoramentos pelos politécnicos, as coisas estarão de alguma forma alinhavadas, com a concordância genérica dos partidos.

A questão da designação como Universidades de Ciências Aplicadas pode ser mais difícil? É essa a percepção que temos, sim. Embora nós entendamos que a questão da designação é muito importante. Para a nossa afirmação internacional, era fundamental. A palavra 'universidade' é universal. O termo 'instituto' causa ruído. Perguntam-nos sempre se é público ou privado.

Boa parte da formação de professores para o ensino básico e secundário passa pelos politécnicos. Um estudo do Edulog, publicado em Abril, dizia que um terço dos docentes universitários que formam professores não é especializado em ensino. Como se resolvem estas lacunas da formação de professores?

Há dias fomos chamados pelo ministro da Educação para uma reunião. Indigítamos três colegas, liderados pela professora Ângela Lemos, presidente do Politécnico de Setúbal, para integrar um grupo de trabalho que vai estudar esta questão. Entretanto, também já houve uma reunião mais alargada com todas as Escolas de Educação. Há um conjunto de desafios que precisam de ser enfrentados. Se não houver mudanças, não vamos ter professores.



Abrir portas onde se erguem muros Director: Manuel Carvalho Segunda-feira, 20 de Junho de 2022 • Ano XXXIII • n.º 11.740 • Diário • Ed. Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • 1,50€



Legislativas
Macron perde a maioria numa França cada vez mais extremada
 Mundo, 22



Automóveis
Aumento do preço dos combustíveis faz disparar sistema de partilha de carros
 Local, 20

Entrevista
Politécnicos avisam que só com mais meios será possível “manter níveis de despesa”
 Sociedade, 16/17

Travão ao alojamento local abrange quase 60% do mercado em Portugal

Acórdão do Supremo proibiu AL em prédios de habitação. Partidos avançam com iniciativas no Parlamento

O recente acórdão do Supremo Tribunal de Justiça que estabeleceu que não é permitida a instalação de alojamento local em prédios de habita-

ção pode afectar quase 60% deste mercado em Portugal, segundo a consulta do PÚBLICO à base de dados que contém o registo destes

imóveis no país. Ao contrário do que os proprietários temiam, o acórdão não provocou ainda uma corrida aos tribunais, mas aos administradores

de condomínios têm chegado vários pedidos de esclarecimento de quem teme o impacto da decisão judicial no seu negócio. Para já, parece certo

que uma eventual alteração às actuais regras passará pela Assembleia da República, mas o calendário ainda é incerto **Destaque, 2 a 4**



MINIO FERREIRA SANTOS

Berardo perde primeira acção nos tribunais contra fim do protocolo com o Estado no CCB

O Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa rejeitou “liminarmente” uma primeira providência cautelar interposta por José Berardo para ten-

tar invalidar a decisão do Governo que pôs fim ao protocolo do Estado com a Coleção Berardo no Centro Cultural de Belém. É uma primeira

derrota para o comendador no complexo contencioso jurídico que está a travar em várias frentes, e que envolve o Estado, mas também a

banca. Ao PÚBLICO o ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva, lamenta “a atitude de litigância permanente” do empresário Cultura, 30

Estudo

Lobbying? “Há um problema de transparência no Governo”

Estudo mostra influência do lobbying no sistema político e alerta para falta de escrutínio Política, 10/11



Ocidente

Numa guerra sem fim à vista, teme-se a “fadiga da Ucrânia”

Mundo, 23

Migrações

Portugal na cauda da UE no acolhimento de refugiados

Relatório do Asilo 2022 mostra que Portugal é dos países que menos refugiados acolhem Sociedade, 12